

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Dívida do Rio Grande do Sul

O projeto de lei complementar que suspende a dívida do Rio Grande do Sul com a União foi aprovado na Câmara por 404 votos favoráveis e dois contrários, dos deputados de direita, Stélio Dener (Republicanos-RR) e Eros Biondini (PL-MG). Ambos tentaram justificar o voto argumentando que se confundiram na votação. O projeto de lei suspende por três anos a dívida do Rio Grande do Sul, a juros zero.



LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

### Bancada gaúcha

O relator da proposta, deputado federal gaúcho Afonso Motta (PDT, foto), disse ao **Repórter Brasília** que “a bancada gaúcha não tem medido esforços para amenizar essa situação de tragédia, de sofrimento e de dor, buscando viabilizar soluções que possam ajudar o nosso Rio Grande do Sul”. A medida já foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

### Críticas e fake news

Um grupo “radical de direita”, colocou uma emenda de anistia da dívida junto. Isso viciaria o relatório de Afonso Motta, que votou contra o destaque apresentado. O parlamentar foi alvo de críticas pelos militantes de extrema direita. “Foi feito um carnaval por isso, fora de contexto, com fake news, chamando os parlamentares gaúchos que votaram contra o destaque de traidores do Estado”, lamentou Afonso Motta.

### Planos de investimento

O projeto também especifica que os valores que deixarem de ser usados para o pagamento da dívida deverão ser direcionados integralmente a planos de investimentos, em ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes das calamidades públicas ou suas consequências sociais e econômicas.

### Utilização dos recursos

A medida deve dar um conforto que chega a R\$ 11 bilhões ao governo do estado Rio Grande do Sul, castigado com as fortes chuvas que causaram mais de 150 mortes, devastaram cidades e deixaram milhares de desalojados. Os valores poderão ser usados para obras de reconstrução, melhoria ou ampliação da infraestrutura afetada, mitigação de efeitos do fenômeno que causou a calamidade, contratação de mão de obra temporária, financiamento e subvenções para remoção de famílias e empresas de área de risco, aquisição de materiais e equipamentos e contratação de serviços necessários ao enfrentamento da tragédia climática.

### Hospitais gaúchos

Proposto pelo deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (Progressistas), o projeto de lei que pede a suspensão de metas quantitativas e qualitativas, previstas em contratos de prestadores de serviços do Rio Grande do Sul, com o Sistema Único de Saúde (SUS), até dezembro de 2025, vai tramitar em regime de urgência e deverá ir para votação esta semana. Com isso, o texto está apto a ser votado diretamente no plenário, sem precisar passar pelas comissões.

### Evitar um colapso financeiro

“Esse projeto evita que os hospitais que necessitam interromper suas atividades, ou parte delas, pelo SUS devido às chuvas, deixem de receber os repasses previstos. Precisamos de soluções rápidas e efetivas para manter o atendimento e evitar um grave colapso financeiro”, sustentou o deputado e médico Pedro Westphalen.

# Empresas de construção

## Entrevista Especial

Bruna Suptitz

politica@jornaldocomercio.com.br

Atuando na recuperação das cidades e das moradias atingidas pelas enchentes que há três semanas impactam o Rio Grande do Sul, a exemplo do que fez no ano passado, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS) fará casas permanentes para a população atingida que perdeu até mesmo a chance de voltar para algum lugar.

“Queremos em 90 dias estar com essas casas prontas, queremos entregar mais rápido que todo mundo, para resolver o problema”, projeta Claudio Teitelbaum, presidente da entidade empresarial.

Para o projeto, será usado o recurso arrecadado na campanha SOS Chuvas, lançada em 2023 em resposta às enchentes que atingiram principalmente o Vale do Taquari, e reativada no início deste mês. Os financiadores são principalmente empresários do ramo, fornecedores e outras entidades do setor de todo o País.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Teitelbaum explica como deverá ser viabilizada a iniciativa e com qual parceria o setor espera contar do poder público.

**Jornal do Comércio - Em quais ações emergenciais o Sinduscon está envolvido?**

**Claudio Teitelbaum** - Logo que se formou o fenômeno climático extremo, abrimos de novo o SOS Chuvas. Só que desta vez, extrapolamos um pouco mais, indo também para a Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Sinduscons do Brasil inteiro e Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Fizemos isso tentando pegar um valor consideravelmente maior do que foi arrecadado da outra vez, até pelo estrago generalizado na infraestrutura e no modelo habitacional do Estado. Nos concentramos no esforço emergencial, que era a viabilização dos abrigos. Várias das nossas incorporadoras entraram com colchões, caminhões pipa, reservatórios e com a doação de materiais de toda ordem. Muitos colaboradores dessas incorporadoras ficaram dentro dos abrigos

servindo como voluntários. No entanto, a gente fez isso tudo de boca fechada, internamente, porque cada um sabia o que podia fazer. Em algumas incorporadoras, 10% da força de trabalho perdeu tudo. Por isso, também vai ter um trabalho de reconstrução individual das casas desses funcionários.

**JC - E por Porto Alegre?**

**Teitelbaum** - Fizemos uma força-tarefa muito grande com o Dmae. Apoiamos com engenharia, conhecimento, mergulhadores, barcos e alimentação. Fizemos um trabalho de muita parceria com toda a área técnica do Dmae, como o (diretor-geral) Maurício Loss e todos os diretores, que trabalharam dia e noite.

**JC - Quais as ações de médio e longo prazo?**

**Teitelbaum** - Estamos partindo agora para alguns modelos, seja de construções temporárias, seja definitivas. A gente está com dois grupos principais de trabalho formados nessa parte das construções. Em um deles, estamos fazendo uma inteligência de pesquisa, mapeando todos os modelos de construção modular e o melhor custo-benefício para implementar. Já selecionamos um deles e, dentro de uns 15 dias, a casa modelo já estará pronta em Porto Alegre. Vamos montar essa casa modelo para ver toda a engenharia, o melhor custo-benefício, que parcerias vamos conseguir e com qual fabricante. Esse é o modelo da casa definitiva. Cada casa terá de 40 a 45 metros quadrados, dois dormitórios, cozinha integrada com a sala e um banheiro.

**JC - Como serão custeadas e que público será beneficiado?**

**Teitelbaum** - A construção dessas casas será feita pelo Sinduscon com os valores arrecadados

(na campanha SOS Chuvas). Algumas das pessoas querem doar o equivalente a 10, 50 e até 100 casas. Também estamos fazendo um trabalho de priorização de grupos, por exemplo mães com filhos pequenos e pessoas com necessidade de atenção especial. É um investimento privado, então a gente vai organizar isso da melhor forma.

**JC - Onde serão construídas essas casas?**

**Teitelbaum** - Sobre os terrenos, poderão ser de três modalidades. Uma diz respeito aos terrenos que eventualmente a prefeitura tenha. Em outra modalidade, vão ser terrenos que a iniciativa privada tenha e possa ceder de maneira gratuita. Na terceira estão os terrenos que a iniciativa privada tenha e que ofereça quase que por um valor simbólico. Nós obviamente vamos priorizar áreas não alagáveis, mais altas, assim como fizemos em Arroio do Meio e Roca Sales (após as enchentes de 2023). Esses terrenos ficaram em zonas não atingidas por essa enchente de 2024. Em paralelo, também tem um grupo de atuação estratégica. Passamos 20 demandas ao Ministério das Cidades, onde estivemos reunidos, e na Caixa também, e praticamente todos esses anúncios feitos pelo governo federal (programa de moradia) são fruto de uma atuação direta do Sinduscon-RS junto com a CBIC. Existe também um outro grupo de atuação estratégica. Como já estamos fazendo todo esse mapeamento e temos todos os números de pessoas desabrigadas e de habitações de interesse social disponíveis no Estado, estamos nos colocando à disposição tanto do governo do Estado, quanto da prefeitura da Capital, para ser uma interlocução entre as consultorias contratadas e o setor



“Estamos à disposição para ser uma interlocução entre as consultorias e o setor de habitação”